

A IDENTIFICAÇÃO... EM ARQUEOLOGIA E AFINS

José d'Encarnação¹

Resumo

Procura mostrar-se como a correcta identificação dos artefactos exumados duma escavação é preocupação fundamental do arqueólogo. Daí a existência, desde muito cedo, de tabelas classificativas em relação aos vários tipos de cerâmicas. Na Numismática, a identificação das moedas é fundamental para se documentar uma cronologia adequada; nos estudos epigráficos, por seu turno, os elementos identificativos de divindades e das personagens referidas nas epígrafes constituem o primeiro passo da investigação epigráfica.

Palavras-chave

Identificação; Arqueologia; Numismática; Epigrafia; tabelas classificativas.

¹ Professor catedrático - Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. E-mail: jde@fl.uc.pt.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Abstract

In the archaeological activity, the just classification of the artefact is the right key-word to understand the whole monument in study. Therefore, classification tables of ceramics, for example, were early established. In other side, exhaustive coins' catalogues – specially of the Roman Empire – are indispensable. In the epigraphic studies identify gods and persons is one of the most important jobs of the researcher.

Keywords

Identification; Archaeology; Numismatics; Epigraphy; Catalogues; identifying tables.

Introdução

Propõem os organizadores deste número da *Heródoto*, especialmente dedicado à Arqueologia Romana, alcançar «uma visão atual e abrangente sobre os desafios científicos subjacentes ao estudo da Antiguidade Romana a partir da cultura material».

- Como te chamas?

- Que idade tens?

São normalmente estas as perguntas mais correntes a um menino de dois/três aninhos, que já começa a falar e os amigos acham piada à resposta e à pronúncia infantil.

Numa rusga policial, também são esses os elementos primeiros a serem perguntados e aí de quem não tenha consigo um elemento de identificação! No tempo que guerra que atravessamos e nos que já se atravessaram, a necessidade de erigir monumentos «ao soldado desconhecido» pretende colmatar a pena sentida por não se terem logrado identificar tantos corpos encontrados.

Se bem repararmos, são também essas duas as perguntas essenciais que o arqueólogo põe quando encontra um objecto ou mesmo uma estrutura arquitectónica: como lhe vamos chamar? A que época é que o vamos atribuir?

A identificação em Arqueologia

A cerâmica, os grafitos e as marcas de oleiro

Encontramos um tijolo. De um modo geral, é-nos possível distingui-lo de uma telha, pela forma e pelas dimensões. A telha pressupõe a existência de um edifício coberto e, por isso, interessa ver, antes de a retirar, qual a posição em que está e, por exemplo, se tem vestígios de fogo. Aí estarão os indícios para saber se o telhado caiu, por as traves de madeira terem apodrecido, se houve incêndio ou, caso outros indícios significativos se encontrem, se foi um tremor de terra que tudo deitou a perder.

O tijolo pode ser para pavimentação ou para ser inserido numa parede. Logo, houve construção por perto.

Podem os tijolos e as telhas ostentar grafitos. A sua decifração permitir-nos-á penetrar num outro plano, o dos operários que estiveram na sua

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

confeção. Sem letras, imaginaremos um operário vulgar, impessoal; algumas letras, por poucas que sejam, levam-nos logo a pensar em quem as gravou, ora no barro ainda mole ora no que acabara de sair do forno e a mensagem carecia de um objecto cortante.

Num quadrante de coluna achado na cidade romana de *Conimbriga* encontrámos a frase *Ex officina Maelonis. Diarias rogatas solvi* (Fig. 01). E imaginamos o operário, no final da sua dura jornada, o suor perlava-lhe a fronte, num desabafo: «Pronto! Por hoje já fiz o que me era pedido!».



Figura 01: Grafito de *Conimbriga* num tijolo.

Num tijolo de *Eburobrittium*, outro operário não quis enganar-se e gravou *usque hic CCC*; ou seja, estava a contar e, para que se não esquecesse, decidiu apontar «Até aqui, são 300» (Fig. 02).

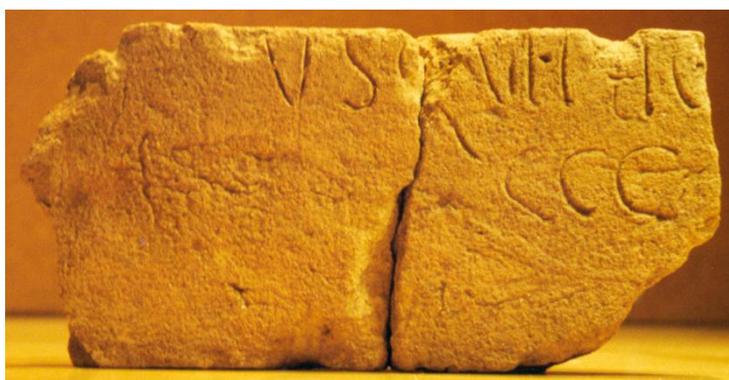


Figura 02: Grafito de *Eburobrittium*.

Numa telha da *officina* de Castor, em *Abelterium*, o artesão *Vernaculus* foi apontando o número de *imbrices*, à medida que os ia fazendo... (Fig. 03).

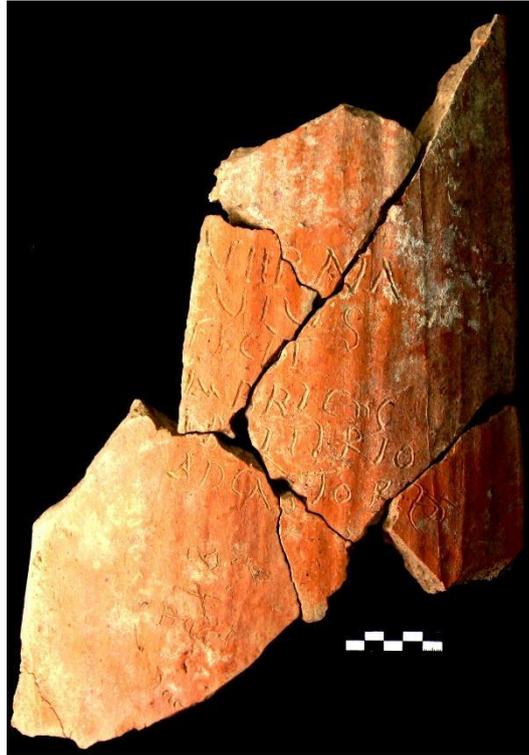


Figura 03: Grafito de *Abelterium*.

Os grafitos como forma possível de identificação não apenas dos objectos achados mas igualmente de quem com o seu fabrico e utilização esteve directamente ligado. Casos excepcionais esses, os indicados; mas gostaríamos de ter muitos mais, a fim de que mais pudéssemos lidar com o homem que está – que esteve – por detrás desses frios artefactos.

Há, todavia, outros meios de aí chegar. Tal como as faianças de uso comum, mormente se de alguma singularidade, trazem, na actualidade, a identificação do fabricante, também os oleiros romanos não quiseram deixar seus créditos por mãos alheias. Daí que se fale em «marcas de oleiros» e os investigadores dessa área da cerâmica muito se comprazem em decifrar essas marcas e com elas estabelecer catálogos, sobretudo porque já se descobriu que houve oleiros célebres em determinadas zonas. Tal descoberta tem permitido nomeadamente a possibilidade de se traçarem rotas de comercialização, o que, juntamente com outros factores, redonda no traçado do panorama económico aqui e além, e o estabelecimento de comparações.

O material anfórico

Nesse âmbito da cerâmica, há objectos que mereceram mais aturada atenção, quer pela relativa abundância dos achados, quer pelo significado económico e cultural que a sua análise possibilita.

As ânforas, como contentores privilegiados de *garum*, azeite e vinho, ainda que o modelo se possa considerar universal, variam muito: se têm pé ou não; se são muito bojudas ou esguias, se as asas colam no gargalo ou quase na boca... Heinrich Dressel (1845-1920) passou uma vida no Monte Testaccio, em Roma, a examinar milhares de fragmentos; pôde, a partir daí, estabelecer uma tipologia, que, tendo embora sofrido ajustes e afinações por parte doutros investigadores – recordem-se Maurice Henry Callender (*Roman amphorae*, Londres, 1965), Michel Ponsich (cf. *Conimbriga XIII* 1974 167-170), Martín Almagro (em *Las necrópolis de Ampurias*, I 1953 e II 1955), entre outros – hoje é utilizada para detectar proveniências, modelos, circuitos (Fig. 04), a par da base de dados *Roman Amphorae a digital resource*.²

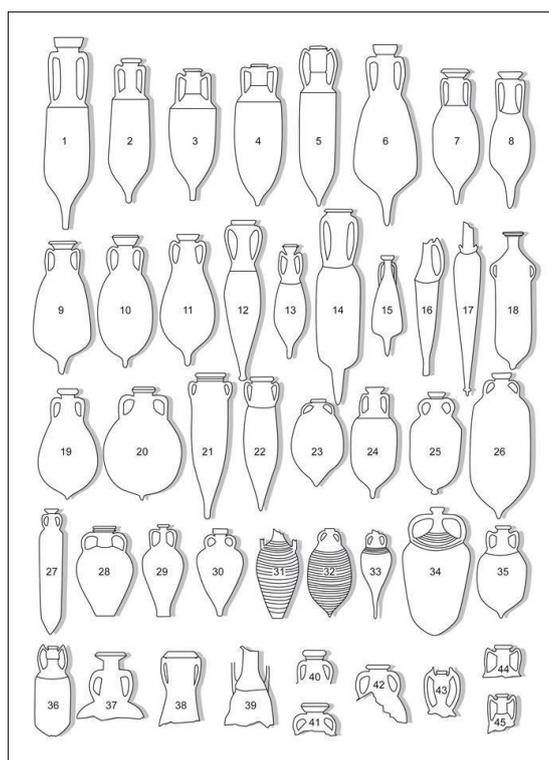


Figura 04: Tabela de Dressel. Tipologia das ânforas.

² Disponível em:

<https://archaeologydataservice.ac.uk/archives/view/amphora_ahrb_2005/index.cfm>.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Os barcos chegavam carregados ao rio Tibre, vindos das mais variadas regiões; as ânforas eram esvaziadas e atiradas para esse monte, onde, mais tarde, José María Blázquez Martínez e, agora, José Remesal Rodríguez e sua equipa continuam a desvendar mistérios. Publicou-se, neste ano de 2022, o extraordinário repositório que significam os minuciosos apontamentos deixados por Dressel – e honra seja prestada aos editores (Fig. 05).

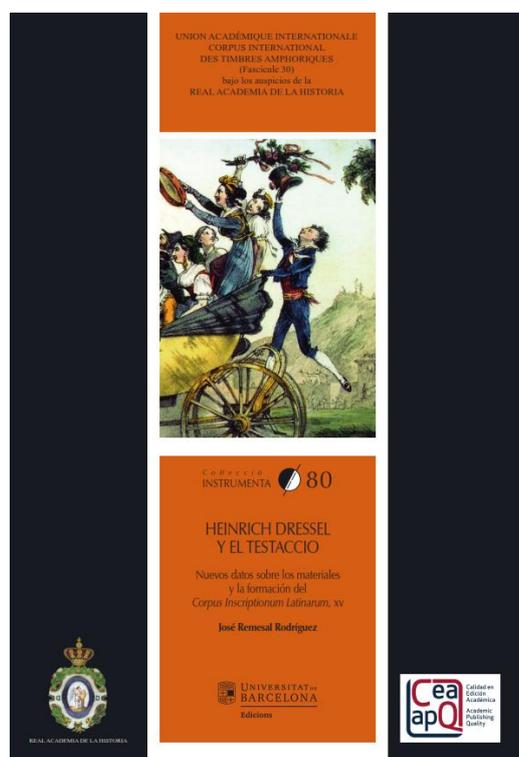


Figura 05: O livro sobre Dressel e o Testaccio.

Fornos de ânforas houve também na Hispânia; no estuário do Sado, nomeadamente, houve possibilidade de encontrar fornos quase intactos; em Peniche, também essa ‘indústria’ floresceu, assim como nas margens do Tejo. Ânforas de fabrico dito lusitano – pelas suas características singulares – viriam a detectar-se no espólio do Monte Testaccio. E muitas destas, no Testaccio, têm marca de oleiro na asa e, no bordo, em grafitos ou pintadas, informações acerca do conteúdo, da capacidade, do destinatário... Um mundo!

As lucernas

Outro objecto que cedo chamou a atenção foram as lucernas.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

Sim, basicamente, todas obedeciam ao mesmo modelo: pega, depósito, vertedouro. Tratando-se de um objecto que até poderia dizer-se pessoal, não que cada pessoa tivesse uma lucerna, mas pelo ambiente que criava em seu redor, no seio da casa, no ambiente familiar, seria objecto a merecer particular atenção, até porque depressa se começou a decorar a parte superior do depósito com cenas da vida quotidiana, com motivos mitológicos, o rosto de divindades...

Notável, nesse aspecto, é o chamado «depósito votivo de Santa Bárbara de Padrões» (Ourique), no Baixo Alentejo: centenas de lucernas aí foram encontradas, com as mais diversas figurações, sobretudo de divindades, o que induziu os investigadores a considerarem, com razão, estar-se perante um local a que se atribuiu carácter sagrado e as lucernas constituíam óbolos às divindades aí veneradas (Fig. 06).



Figura 06: Lucernas de S. Bárbara de Padrões.

Também por esse motivo, dadas as variedades de formas, se deve ao arqueólogo italiano Nino Lamboglia (1912-1977) uma tabela classificativa, comumente usada também para definir influências culturais e económicas.

Terra sigillata

Ainda dentro da cerâmica, merece uma palavra especial a dita *terra sigillata*.

«Terra» significa barro, argila, a matéria-prima de que se faz a cerâmica; «sigillata», ainda que nem sempre esta explicação seja aceite, deriva do facto de este tipo de louça, polida, de aspecto atraente, agradável ao tacto, alvo de maior atenção por parte do oleiro, apresentar amiúde – também devido a esses factores – a marca, o selo, *sigillum* (em latim), com o nome do proprietário da oficina que a havia produzido.

Na verdade, se, pelas formas e pelas pastas, as lucernas, as ânforas e mesmo a cerâmica comum proporcionam elementos identificativos, é a *terra sigillata* que a todas as outras leva a palma. Há a *terra sigillata* itálica, a sudgálica, a hispânica, a clara (**a**, **c** e **d**), a foceense tardia, a africana D, a cinzenta...

Daí que tenham sido várias as tentativas de criar uma classificação de tipologias o mais abrangente possível. As tabelas mais conhecidas são as de Christian Goudineau (1939-2018), um ceramólogo francês de referência, e as do inglês John Walter Hayes, cuja obra mais notável é *Late Roman Pottery* (Londres, 1972), de que foi feita minuciosa recensão em *Conimbriga* XII 1973 223-227.

Cerâmica de paredes finas

Outro grupo de cerâmicas é o das «paredes finas».

São também delicadas, como a *terra sigillata*, ostentando, no entanto, a característica de os oleiros se terem aprimorado na diminuta espessura das paredes, o que lhes confere delicadeza especial e também por isso atraiu a atenção dos investigadores.

Cite-se, a título de exemplo, a obra de Françoise Mayet, sobre esse tipo de cerâmica na Hispânia (*Les Céramiques à Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*), datada de 1975 e sobre a qual minuciosamente se debruçou Jeannette U. Smit Nolen (*Conimbriga* XV 1976 189-197).

Almofarizes

Lógico que há toda uma panóplia de publicações sobre o que se chama a «cerâmica comum», aquela que vulgarmente se usa na cozinha e vai à mesa no quotidiano.

A sua importância, mormente pela quantidade de achados, levou a que Jorge Alarcão elaborasse a sua tese de doutoramento sobre esse tipo de cerâmica encontrada nas escavações de *Conimbriga*. Foi-lhe dedicado o volume V (*La Céramique Commune Locale et Régionale* – Paris 1975) da série *Fouilles de Conimbriga*, como às ‘sigillatas’ se dedicara o volume IV publicado no mesmo ano (*Les Sigillées*). Aliás, noutra escavação levada pela mesma equipa, a da *villa* romana de S. Cucufate, também esse tipo de cerâmica mereceu atenção, por parte de Inês Vaz Pinto, que também o escolheu para tema da tese de doutoramento (*A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate* – Beja, Lisboa 2003).

Pelas suas dimensões e tipologia, houve, dentre essa cerâmica, um tipo que acabou por despertar atenção, o almofariz, certamente também devido do facto de se haver identificado junto ao Cabo Dramont, na Provença, um barco romano naufragado, em meados do século I d. C., com um grande carregamento de almofarizes de diversas tipologias, o que levou a que se tivesse adoptado para o estudo desses objectos de cozinha a classificação proposta aquando do seu estudo: almofariz Dramont D1, Dramont D2...

Acrescente-se que, se os ceramólogos se interessam pelas formas e pelos centros de fabrico e, inclusive, pormenorizadamente analisam as pastas, certo é que a cor assume neste tipo de artefactos um papel primordial. E também para isso há um guia, que se vê amiúde citado em trabalhos desse domínio: é o sistema de cores proposto pelo americano Albert Henry Munsell (1858-1918).

Os vidros

Também os vidros merecem particular destaque.

Se as formas dos objectos de vidro só mui recentemente ganharam outro requinte na ansiosa busca de originalidade por parte dos *designers*, em relação à época romana, teremos de convir que as formas dos objectos de vidro do nosso quotidiano caseiro não serão assim tão diferentes das que os Romanos usaram.

Também nesse domínio, todavia, foi necessário optar por nomenclaturas e estabelecer tipologias, mormente tendo em vista, como se tem dito, os circuitos comerciais e as influências culturais.

Deve-se à arqueóloga holandesa Clasina Isings (1919-2018) a tentativa pioneira nesse domínio, com a obra *Roman Glass from Dated Finds* (Groningen, 1957), ainda hoje a cartilha de referência nos estudos sobre vidros romanos.

A identificação em Numismática

Escusado será dizer que, de tudo o que se encontra nas escavações arqueológicas, as moedas ocupam lugar primordial. Quer porque se pensa de imediato no seu eventual valor venal quer porque constituem, de facto, insubstituível meio de datação, porque as inscrições e motivos presentes no verso e no anverso a permitem.

Perdidas ocasionalmente ou ciosamente guardadas em «tesouros», como se designa, em Arqueologia, um conjunto significativo de moedas resultante de vontade deliberada de ocultação (Fig. 07). Das centenas e, por vezes, milhares de um tesouro são mais significativas, como se sabe, a numisma mais antiga e a mais recente, por definirem os termos *post quem* e *ante quem* em que foram guardadas. Por isso se recomenda não haver desmembramento de um tesouro antes de todas terem sido observadas.



Figura 07: Um tesouro monetário.

Também para a identificação das moedas se dispõe de catálogos, livros de cabeceira dos numismatas. Clássico, o *Roman Coins*, de Harold Mattingly, cuja 1ª edição, em Londres, data de 1928, com sucessivas reedições actualizadas. Em 1984, Sutherland e Carson iniciaram em Londres a publicação de *The Roman Imperial Coinage*; em 1992 foi a vez de Burnett, Amandri e Ripollès começarem a da *Roman Provincial Coinage*. Dispõe-se hoje do OCRE, *Online Coins of the Roman Empire*.³

A identificação em Epigrafia

Nos monumentos epigráficos, a questão da identificação põe-se em relação aos teónimos e aos antropónimos.

Se dos teónimos ditos 'clássicos' - Júpiter, Vénus, Mercúrio... - a identificação não causa problemas, inclusive porque, além das narrativas mitológicas, há representações escultóricas, a questão levanta-se em relação às divindades a que damos a classificação de 'indígenas', porque só documentadas em regiões determinadas e porque apresentam nomes

³ Disponível em: <<https://numismatics.org/ocre/>>.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

que, embora latinizados, resultam estranhos. Para esses, os investigadores, a fim de tentarem descortinar que características divinas assumem, procuram analisar o nome, na presunção de que a semelhança etimológica com palavras concretas do substrato pré-romano (indo-europeu) pode trazer alguma luz.

O modo de identificação das pessoas também tem sido alvo de atenção, porque se parte do princípio que revela o seu estatuto social e, por vezes, a sua origem geográfica.

Mesmo na actualidade, esse estudo etimológico não é despiciendo.

Nuno tem de apelido Sucá. Nunca se interessou por saber donde é que esse nome veio, porque já seu avô o tinha. Ora acontece que a família esteve longo tempo radicada em Moçambique. Seu avô era Cardoso; chamavam-lhe os indígenas Sor Cardoso, o Senhor Cardoso; na pronúncia corrente deu, pois, Sucá e, daí, Sucá passou a nome de família.

Há no Brasil enorme espírito de abertura à introdução de nomes estranhos à tradição portuguesa. Nomes de personagens da Antiguidade Clássica podem, naturalmente, ser escolhidos – e isso é, sem dúvida, eco duma cultura. Acolheu o Brasil refugiados europeus da 2ª Grande Guerra; daí a abundância de apelidos que se prendem com regiões europeias: Theml, Musco, Cuoco... Pode surpreender-nos, à primeira vista, saber que uma senhora brasileira se chama Daiane; se atentarmos, porém, na popularidade que teve a malograda Princesa Diana, facilmente depreenderemos que se grafou como, em inglês, seu nome se pronunciava.

No que concerne à onomástica que encontramos, por exemplo, nas inscrições romanas da Hispânia, há regras que têm já um valor praticamente aceite por todos:

– um homem que use três nomes (*praenomen*, *nomen* e *cognomen*), indique a filiação e a tribo em que foi inscrito é cidadão romano;

– a presença da filiação constitui sintoma de que é *ingenuus*, ou seja, filho legítimo;

– uma identificação com três nomes, sem filiação e cognome etimologicamente grego sugere de imediato que estamos em presença de um liberto;

– quem se identificar com um nome e o patronímico, quer se trate de nomes latinos ou colhidos do substrato pré-romano, pertence ao mundo indígena que os Romanos vieram encontrar;

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.7, n.2 - 2022.2. p. 162-180.

DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15482

- se alguém se identifica apenas com um nome e etimologicamente grego, mui provavelmente é um escravo;

- há, no entanto, escravos e libertos que, por a família não ter vergonha da sua condição (recorde-se que, amiúde, ser escravo não constitui labéu entre os Romanos, ao contrário do que possa parecer), e, por isso, a tarefa do epigrafista fica facilitada porque a seguir ao nome vem a informação SER(*vus*), LIB(*ertus*) de alguém.

Anote-se, todavia, que a presença de um nome etimologicamente grego não significa, de per si, que o seu portador tenha nascido na parte oriental do Império, onde o Grego era a língua dominante. O nome era atribuído ao escravo pelo seu senhor, o *dominus*; por isso, quer devido a eventuais características físicas quer por desejo de ostentação por parte do senhor (é basto aliciante ter uma escrava *Agatamera...*), os nomes gregos altissonantes eram frequentemente escolhidos. Também na Antiguidade terá havido modas, como hoje as há em relação à atribuição de nomes retirados da identificação de ideólogos, artistas, jogadores de futebol... E em tudo isso se atenta para fazer História!

Sirvam-nos, a título de exemplo, dois monumentos epigráficos da Lusitânia.

O epitáfio de Firmano

Em Idanha-a-Velha, antiga *civitas Igaeditanorum*, encontrou-se a placa de jazigo de família, elegantemente decorada, que a figura 08 apresenta. Diz-se o seguinte o seu leteiro:

C(*ai*) CVRIO PVLLI F(*ilio*) / QVIR(*ina*) FIRMANO / ANN(*orum*) LXIII CVRIA
/ VITALIS MARITO / OPTIMO ET SIBI F(*aciendum*) C(*uravit*).

A Gaio Cúrio Firmano, filho de Pulo, da tribo Quirina, de 63 anos. Cúria Vital tratou de fazer para o óptimo marido e para si.



Figura 08: O epitáfio de Firmano.

Na sequência do que atrás se frisou, o defunto era cidadão romano: tem os três nomes e foi adscrito a uma tribo, a da sua cidade. Sucede, no entanto, que a filiação vem indicada não com o *praenomen* do pai, em sigla, mas por extenso: é *Pullus*, um nome que, embora latino, detém um significado concreto: «animal ainda novo», «menino querido». Antoja-se, por isso, que a seu pai, pertencente ao estrato indígena, tenha sido dado um nome latino relacionado com qualquer dessas circunstâncias concretas: ser pequeno, ser querido... Ora, esse modo de Firmano vir identificado denuncia que, embora haja adquirido a cidadania romana, de que a mulher tem orgulho, não menos orgulho tem da origem indígena de seu esposo.

Resulta, todavia, estranho o facto de Cúria Vital ter o mesmo nome de família do marido, sabendo nós que os casamentos consanguíneos não eram permitidos. Que se terá passado então? A hipótese mais viável é que ambos tenham sido adoptados – não necessariamente do ponto de vista jurídico – por uma das famílias da *civitas*, os *Curii*, que (sabemo-lo por haver outras inscrições que disso nos dão conta) teria notoriedade na *civitas Igaeditanorum*.... Aliás, esta placa de mausoléu – pela sua imponência (mede 88 x 118 x 12 cm), por ser de mármore numa região em que o granito é a rocha dominante, e por ostentar toda esta decoração à maneira clássica – é bem eloquente sintoma de abastança.

O cenotáfio de Évora

O segundo exemplo foi exumado na *villa* romana de Tourega (Fig. 09), situada nos subúrbios da cidade *Liberalitas Iulia Ebora*. Nessa placa – também ela singular pelas suas dimensões (60,5 x 118,5) – lê-se o seguinte, em duas laudas:

D(is) M(anibus) S(acrum)

Q(uito) IV(lio) MAXIMO C(larissimo) V(iro) / QVAESTORI PROV(inciae)
SICI/LIAE TRIB(uno) PLEB(is) LEG(ato) / PROV(inciae) NARBONENS(is) /
GALLIAE PRAET(ori) DES(ignato) / ANN(orum) XLVI / CALPVRNIA
SABI/NA MARITO OPTIMO

Q(uito) IVL(io) CLARO C(larissimo) I(uveni) IIIVIRO / VIARVM
CVRANDARVM / ANN(orum) XXI / Q(uito) IVL(io) NEPOTIANO C(larissimo)
I(uveni) / IIIVIRO VIARVM CURAN/DARVM ANN(orum) XX / CALP(urnia)
SABINA FILIIS

Consagrado aos deuses Manes.

A Quinto Júlio Máximo, varão mui preclaro, questor da província da Sicília, tribuno da plebe, legado da província Narbonense da Gália, pretor designado, de 46 anos – Calpúrnia Sabina ao marido óptimo.

A Quinto Júlio Claro, jovem mui preclaro, quatuórviro curador das vias, de 21 anos; a Quinto Júlio Nepociano, jovem mui preclaro, quatuórviro curador das vias, de 20 anos – Calpúrnia Sabina aos filhos.



Figura 09: O cenotáfio de Tourega.

Classificamos este monumento como placa de um cenotáfio, ou seja, não estamos perante um jazigo de família em que se depositaram os familiares, mas sim de uma evocação protegida pelos númenes do Além, os Manes.

A placa figuraria sob a entrada do sepulcro, vazio dos restos mortais dos entes nomeados, o que não impediria de, por exemplo, os corpos da mãe e doutros familiares ali viessem a ser depositados. De momento, porém, a ausência da fórmula *aqui jaz* ou *aqui jazem* é reveladora de que Sabina quis, fundamentalmente, demonstrar assim a sua enorme dor, bem compreensível, pela morte prematura de marido e filhos. Poder-se-á, como se afigura natural, pensar que tudo haja sido enorme pesadelo, devido a um acidente em que a morte ceifou numa vez os três entes queridos. Não quis Sabina explicitou na epígrafe o que realmente acontecera; tanto lhe bastava, desta forma nua e crua, patentear o que terá sido a sua dor indescritível.

Mui provavelmente, pai e filhos faleceram no exercício das suas funções, em Roma, pois que os jovens haviam ingressado há pouco numa das funções preliminares do *cursus honorum* senatorial, a superintendência das vias, que é como diz não apenas do bom estado das vias, mas, sobretudo, da sua segurança como importantes meios para a circulação dos produtos de que a cidade carecia.

O pai, por seu turno, depois de ter exercido funções municipais na sua cidade natal e de nelas, sem dúvida, se haver notabilizado – partimos do princípio ter sido *Ebora* – foi chamado a integrar a classe senatorial, porventura por intervenção directa do imperador ou dos seus representantes provinciais. Não se refere que tenha ocupado algum cargo das funções preliminares, o que é normal, na medida em que se diz que foi questor (a questura é o primeiro cargo após esse tirocínio) na Sicília. Assumiu, de seguida, o tribunado da plebe, o que – se o não soubéramos – indiciava a sua origem não-nobre; um cargo que zelava pelos direitos dos cidadãos e que, por isso mesmo, acabava por introduzir e iniciar o seu detentor na complexa máquina administrativa e judicial romana. Constituiu, pois, esse o trampolim para vir a desempenhar as funções de representante do imperador numa das províncias mais importantes do Ocidente: a Gália Narbonense. Foi designado, mas faleceu antes de tais funções exercer. E, se atrás se comentou que só depois de algum currículo a nível local e provincial é que Máximo ingressou na ordem senatorial, tal se deduz do facto de, numa carreira normal, aos 46 anos já se estava há muito no topo da carreira, no consulado, por exemplo, dado que a idade habitual para se questor rondava os 25 anos e a partir dos 33 já se podia ser cônsul.

No que se prende com a onomástica das quatro personagens aqui citadas, dir-se-á que a escolha do gentílico *Iulius* não causa admiração, por nos encontrarmos numa cidade que tem *Iulia* no seu nome, devido a ter sido

fundação de *Caius Iulius Caesar*. Uma ou várias poderiam ser as famílias mais salientes na cidade com esse gentílico. Os filhos herdaram do pai o *praenomen Quintus* e o nome de família, no seio da qual se distinguiram pelos cognomes *Clarus* e *Nepotianus*.

Por seu turno, a mãe pertencia a outra família, a Calpúrnica, e vem identificada, como é habitual nas senhoras, com o nome de família e o cognome, *Sabina*, não querendo isso implicar obrigatoriamente que tivesse ascendência no povo sabino da Península Itálica. Contudo, por ter desposado um senador, outorga-se-lhe, naturalmente, a qualidade de membro dessa classe, o que – por extensão – nos leva a afirmar que terá existido em Évora essoutra família de senadores.

Conclusão

Propuseram-nos os organizadores deste volume, especialmente dedicado à Arqueologia Romana, que abordássemos «os desafios científicos subjacentes ao estudo da Antiguidade Romana a partir da cultura material».

Agarrámos num desses desafios: o da identificação dos objectos arqueológicos, sublinhando como boa parte, se não a totalidade, dos resultados obtidos na investigação radica na adequada identificação do que se encontra. Se não se distingue um mármore de um calcário, uma taça de um prato, um miliário de um fuste de coluna, uma moeda do tempo do imperador Augusto de uma outra de Diocleciano, um escravo de um cidadão romano, a história que nos propomos contar estará eivada de mui falsas perspectivas.

Aproveitou-se, pois, tal ensejo para mostrar – nomeadamente a quem não está por dentro desta problemática – que cedo a preocupação de classificação dos artefactos esteve na mente dos investigadores. Há, por isso, tabelas de classificação de cerâmicas as mais variadas (lucernas, objectos de mesa e de cozinha, ânforas...) e catálogos de moedas...

No que concerne aos monumentos epigráficos, interessou-nos não o domínio das tipologias, mas – como se privilegiava a identificação – as informações passíveis de obter acerca das pessoas cujos nomes figuram nas inscrições romanas, porque desse modo de se identificar é possível deduzir o ambiente sociocultural a que essas pessoas pertencem – como, hoje, deduzimos, mesmo sem o querer, que o senhor que é Vasconcellos de Abreu e Alancastre certamente tem antecedentes de nobreza e que o

António José, sem apelido, recordado numa campa do cemitério de Montemor-o-Novo, era de etnia cigana (Fig. 10).



Figura 10: Um epitáfio no cemitério de Montemor-o-Novo.

E se, boa parte das vezes, a escolha do nome para uma criança obedece a critérios que só aos pais dizem respeito, em relação aos homens públicos, a escolha do nome por que optam ser designados tem sempre pesadas razões. O testemunho mais significativo é, sem dúvida, o dos Papas: Francisco escolheu esse nome por querer ter sempre em mente o testemunho de S. Francisco de Assis.

Identificar correctamente o objecto saído duma escavação constitui, por conseguinte, contributo eficaz para melhor se compreender os homens que ali viveram. Penetrar no âmago do mecanismo que presidiu à atribuição do nome a uma pessoa no tempo dos Romanos é abrir caminho para melhor comunhão com quem, para que a sua memória se não perdesse, quis o seu nome imorredoiamente gravado na dureza do mármore ou numa tábua de bronze.